

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 02 de setembro de 1999

Ano 1 Nº 04

Federalização do BESC será decidida na quarta-feira

A grande preocupação dos parlamentares é garantir em forma de emendas a manutenção dos níveis de emprego e das agências pioneiras do banco em todo o Estado.

O projeto que autoriza o Governador do Estado a transferir à União o controle acionário do BESC, assim como as empresas coligadas e controladas pelo banco, deu entrada na Assembléia nesta semana. Numa reunião entre o Presidente Gilmar Knaesel (PPB) e todas as lideranças partidárias ficaram decididos os prazos para apreciação da matéria. No próximo dia 08 (quarta-feira) as Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos voltam a se reunir para parecer final do relator, deputado Jorginho Melo (PSDB), e nesse mesmo dia, às 16 horas, o projeto será votado em Plenário.

Os deputados terão até sexta-feira 03, para apresentar emendas ao projeto. Até agora, somente o deputado Jorginho Melo (PSDB) apresentou duas emendas. Numa delas, os gestores do BESC se comprometem em garantir os mais de 5 mil empregados do banco. Na outra emenda, a determinação é manter em funcionamento as 147 agências pioneiras. O prazo para que o governo assine com o Banco Central o contrato de federalização encerra-se em 30 de setembro.



Deputados colhem primeiros depoimentos

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Depoimentos da CPI do BESC começaram nesta semana

O ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, virá a Santa Catarina no dia 13 de setembro, constituindo-se no último depoente desta primeira fase, na CPI que investiga os fatos que geraram a anunciada situação pré-falimentar do BESC. Nesta semana deixou de depor o atual presidente do BESC, Victor Fontana, que justificou sua ausência. Também está sendo convocado o ex-presidente Júlio Cesar Pungan.

Em seu depoimento, João Alaor Bernardes, presidente do banco no período de 30 de julho a 31 de dezembro de 1998, culpou o atual governo pela perda de credibilidade do BESC, através de forte propaganda na mídia apontando números negativos em seu balanço, tendo como

conseqüência saques em massa e a queda do patrimônio líquido da instituição.

Questionado pelos parlamentares da comissão, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), Bernardes mostrou dados para provar a eficiência do banco nos anos de 96 a 98, chegando a janeiro deste ano numa poupança de R\$ 1 bilhão, constituindo-se no maior banco do Estado por manipular 47% do total de sua economia.

Sobre um possível blefe do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao determinar a federalização ou liquidação do BESC, Bernardes afirmou acreditar que houve intenção num primeiro momento, o que ocasionou um grande número de saques, dando condições técnicas para o pedido de intervenção no banco. Já sobre uma possível liquidação, ele considerou difícil a hipótese, já que implicaria na indisponibilidade de bens da atual diretoria.

**Projeto para criar
novas
Regiões Metropolitanas**

Página 5

**Deputados derrubam
veto
governamental**

Página 6

OPINIÃO

Pedágio: solução ou problemas



A concessão das rodovias em Santa Catarina está gerando muitos questionamentos e deve levar o governo a repensar o assunto.

São 500 quilômetros de estradas só na região Norte-Nordeste, integrando os municípios de Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento e Mafra. Ao todo estão previstos cinco postos de pedágio, entre alguns deles a diferença é menos de 30 quilômetros. A concessão dessas

estradas significa transferir do domínio público para a iniciativa privada, ficando esta responsável pela manutenção e melhorias com recursos provenientes da cobrança de pedágio.

É mister que se reconheça a indisponibilidade de recursos dos governos federal e estadual por cuja razão não sou literalmente contra as concessões de rodovias, todavia algumas ponderações e questionamentos precisam ser considerados, senão vejamos:

O exemplo de outros estados como São Paulo, Paraná e Rio Grande Sul, onde ações jurídicas e manifestações organizadas da sociedade vêm trabalhando para defender o usuário das

“garras da privatização”, pura e simples.

O exemplo da concessão da SC-401 em Florianópolis, cujas obras de duplicação não foram concluídas nem o pedágio cobrado e já se contabilizam várias manifestações de descontentamento dos usuários, inclusive a empresa concessionária entrou com ação na justiça contra o Estado, numa demanda com prejuízos incomensuráveis para todos.

Na maioria das nossas rodovias previstas para a cobrança de pedágio, o usuário não tem outro trajeto alternativo obrigando-o a pagar pedágio e tirando-lhe o direito constitucional de “ir e vir”, sem ônus.

Recentemente, o ex-ministro Cloraldino Severo defendeu na reforma tributária a vinculação dos impostos para garantir a recuperação e a construção de rodovias, citando como exemplo o IPVA e os impostos sobre pneus e combustíveis.

Entendo que nosso Estado poderia inovar, concedendo nossas rodovias às regiões metropolitanas ou consórcios municipais, cobrando pedágio sim, porém com resultados aplicados nas rodovias, além de repasse do IPVA.

Pedágio se paga para ter melhor estrada, trânsito mais rápido, seguro e confortável.

Deputado Adelor Vieira (PFL)

BR-282 40 anos de lutas



A BR-282, com uma história de mais de 40 anos, uma rodovia considerada a verdadeira espinha dorsal do Estado, corresponde a um dos principais corredores de transporte de Santa Catarina, interligando o Extremo-Oeste catarinense.

O maior sentimento da gente da região serrana, Planalto Sul e Meio-Oeste catarinense é o grande descaso com que tem sido tratado o trecho de 103 km, que liga Lages - São José do Cerrito - Vargem

a Campos Novos.

Ao longo desta história, muitos políticos se elegeram prometendo o asfaltamento daquele trecho. No entanto, há mais de 40 anos vemos recursos sendo investidos na BR-282, mas não no trecho citado, vivendo aquela região um verdadeiro abandono.

No ano de 1995 tivemos a primeira vitória quando o governo federal delegou, com ônus exclusivo para o Estado, o trecho de Lages a São José do Cerrito. O governador Paulo Afonso iniciou o asfaltamento pavimentando um trecho de 13 dos 33 km

existentes. Para nossa tristeza o governador Esperidião Amin determinou a paralisação.

Outra vitória da região foi em 1998, quando convencemos o governador Paulo Afonso em receber por delegação também o trecho de Campos Novos - Vargem até São José do Cerrito. O trecho foi licitado e dado início aos trabalhos de terraplanagem, que infelizmente também foram paralisados pelo atual governo.

Este ano novamente tivemos esperança, pois apesar dos cortes, o orçamento da União tem disponíveis R\$ 2,6 milhões para a BR-282. Por ironia do destino, mais uma vez o governador Esperidião Amin direciona estes recursos para o trecho de acesso a Santo Amaro da Imperatriz, numa atitude igual a outras, como se a BR-282 só existisse no litoral.

A população das regiões serrana, Planalto Sul e Meio-Oeste está cansada de tanta discriminação.

A Comissão Parlamentar Externa para assuntos da BR-282, trecho Lages - São José do Cerrito - Vargem a Campos Novos, quer despertar a “força política” da região citada para colocar fim nessa triste história de tanta discriminação.

Deputado Romildo Titon (PMDB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)

2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)

1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)

2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

3º Secretário: Afonso Spaniol (PDT)

4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Padilha

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Maria do Carmo Kravchychyn,

Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves

Ilustrações: Hudson Mendes Cardoso

Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Férias escolares poderão ser alteradas em estados com potencial turístico

Alterações no calendário escolar para permitir um maior aproveitamento do potencial dos pólos turísticos do país, incluindo-se Santa Catarina, foi o tema de encontro entre o presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), com os deputados federais Rubens Bueno (PPS-PR), Edison Andrino (PMDB-SC) e João Pizzolatti (PPB-SC), todos integrantes de grupo de trabalho sobre a adequação das férias ao desenvolvimento do turismo.

O encontro reuniu também muitos deputados, autoridades e professores das redes oficial e particular de ensino municipal e estadual, além de empresários do setor turístico.

Se aprovada a iniciativa, o calendário escolar do ano que vem já poderá ser alterado nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco e Santa Catarina, além do Distrito Federal. A proposta de adoção das férias escolares repartidas a partir do ano 2000 está no relatório do Grupo de Trabalho da Câmara Federal.

Férias repartidas significa dividir todo o período não letivo do ano em blocos de cinco dias que resultam em períodos de nove dias, somados os finais de semana anteriores e posteriores. Esses blocos seriam distribuídos de acordo com as particularidades de cada região, incluindo aspectos climáticos e tradições culturais. As férias dos professores seriam concedidas da mesma maneira, sempre respeitando 800 horas/aula em 200 dias letivos.

O deputado Rubens Bueno disse que os trabalhadores também poderão ter



Deputados discutem férias escolares

férias repartidas. Um anteprojeto de lei da Câmara Federal flexibiliza a atual legislação, permitindo a divisão dos 30 dias de férias anuais em até três vezes de dez dias. O texto já foi aprovado pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio e deverá ir a plenário até o início de outubro.

De acordo com os autores da proposta de férias repartidas, o sistema facilita o acesso dos brasileiros ao turismo, já que distribui a concentração de viajantes ao longo do ano. Atualmente, as férias se concentram nos meses de janeiro, julho e dezembro.

O presidente da Alesc, Gilmar Knaesel, disse que a proposta está sendo discutida em todo o Estado. "Ainda não sabemos

o que a população pensa sobre a alteração do calendário escolar, mas sabemos das reclamações dos empresários do setor de turismo, sobre o corte nas atividades econômicas devido à curta temporada de férias."

O deputado Joares Ponticelli (PPB), presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, disse que as secretarias municipais de Educação e as coordenadorias regionais já estão discutindo o novo calendário escolar regionalizado. A previsão é que já a partir do ano que vem as aulas comecem somente no final de fevereiro. "As cidades com potencial turístico poderão desenvolver suas atividades de forma mais produtiva."

Centro de Informações dará atendimento qualificado a visitantes

Para qualificar o atendimento a seus visitantes, a Assembléia Legislativa inaugurou o Centro de Informações, capaz de recepcionar, identificar e prestar esclarecimentos ou orientação a todos que a procuram com os mais variados objetivos.

Na primeira fase do projeto, o Centro fornece informações gerais sobre as proposições, sua tramitação e a participação direta ou indireta dos deputados segundo as comissões que

integram. Também estarão à disposição do público, além da Ordem do Dia das sessões plenárias, as agendas das comissões técnicas, CPIs, CPEs, Plenarinho e Galeria de Artes.

Atenção especial está sendo dada à orientação geográfica para facilitar o acesso dos visitantes aos gabinetes dos parlamentares e demais setores que integram a estrutura administrativa do Poder Legislativo. Como complemento, serão fornecidas informações sobre

autoridades federais, estaduais e municipais, além dos serviços prestados pelos órgãos a elas vinculados. Também estão à disposição informações sobre entidades autárquicas, fundacionais ou serviços prestados pelo setor privado.

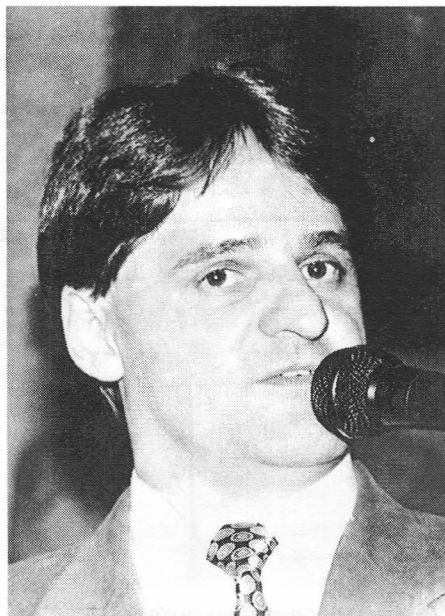
O setor de Protocolo integrará o Centro de Informações, atendendo ao fluxo de toda documentação administrativa, desde a entrada da solicitação ou processo no setor, até a decisão da Mesa, ou órgão interno competente.

COMISSÕES

Projeto cria o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança

Como já acontece no Paraná e em criação em outros estados das regiões Sul e Sudeste, Santa Catarina pode contar, em breve, com o Conselho Técnico Estadual de Biossegurança (CTEBio), órgão especializado em autorizar testes, experiências, fiscalizar e monitorar atividades relacionadas à engenharia genética ou a organismos geneticamente modificados. A iniciativa partiu do deputado Neodi Saretta (PT), vice-presidente da Comissão de Agricultura, que na Casa vem participando há algum tempo das discussões sobre os alimentos transgênicos, tendo também levado o debate a seminários em Chapecó, Concórdia, Blumenau, Florianópolis, entre outros municípios. No dia 10 de setembro, em Xanxerê, representantes de entidades e populares serão ouvidos em audiência pública acerca das questões que envolvem a biossegurança.

Informando da existência do Conselho Técnico Nacional (CTNBio), Saretta alertou que o Estado precisa estar preparado para acompanhar as pesquisas em torno do desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, assim como a bioética. A proposta do parlamentar enumera membros efetivos e suplentes do conselho, nomeados pelo Governador e indicados por secretarias de Estado, cooperativas, centrais sindicais, setores empresariais de



Deputado Neodi Saretta

biotecnologia, órgãos de defesa do consumidor e de defesa da saúde do trabalhador. O CTEBio terá poder de advertência, multa, apreensão do produto e suspensão do projeto, assim como interdição total ou parcial do laboratório, condenação de campos ou viveiros e destruição de produtos geneticamente modificados. Outra penalidade que poderá ser imposta é o cancelamento do registro ou autorização para funcionamento do estabelecimento que não cumprir as normas de biossegurança.

Projeto dispensa multas a ambulâncias e serviços emergenciais

Tramita nas comissões técnicas da Casa projeto de lei, cujo autor é o deputado Ivo Konell (PMDB), dispensando o pagamento de multas de trânsito aplicadas aos condutores de ambulâncias e outros veículos destinados a serviços emergenciais. Segundo a matéria, a exceção fica por conta das infrações verificadas nas rodovias federais. A dispensa atinge as multas não quitadas, lavradas até o dia 31 de dezembro de 1998.

A proposta do parlamentar não dá

direito de devolução ou restituição das multas já pagas, qualquer que seja a sua espécie. Konell argumenta que o pagamento de multas por veículos que realizam serviços de saúde representa carga insuportável, causando transtornos na prestação dos mesmos à população. No entanto, a inadimplência também gera irregularidades e novas infrações, por este motivo a dispensa de pagamento pode restabelecer a atividade desses importantes serviços.

Linguagem dos surdos pode se tornar oficial na rede pública

Está sendo apreciado na Comissão de Educação projeto de lei do deputado Milton Sander (PPB) que dispõe sobre a implantação da Língua Brasileira de Sinais (Libras), linguagem dos surdos, como língua oficial na rede pública de ensino para os deficientes auditivos. Entre outras prerrogativas, a matéria determina que a rede pública garantirá acesso à educação da Libras e língua portuguesa no processo ensino-aprendizagem, desde a educação infantil até os níveis mais elevados, a todos os alunos surdos.

Milton Sander explica que os deficientes auditivos representam 10% da população brasileira, sendo que pelo menos 300 mil são considerados surdos profundos, pois não escutam e não falam. No Estado, estima-se a ocorrência de 12 mil casos de surdez profunda. Já a Libras propicia o desenvolvimento lingüístico e cognitivo da criança surda, facilitando a aprendizagem de línguas orais, servindo de apoio à leitura, compreensão de textos escritos e favorecendo a produção escrita.

Comissão permanente de turismo e lazer

Com a intenção de incrementar o turismo em Santa Catarina e levando em consideração que este setor é uma das grandes prioridades do governo, o deputado Wilson Wan-Dall, líder do PFL, encaminhou ofício ao Presidente da Casa, solicitando que sejam feitos estudos no sentido de elaborar um projeto de resolução para criar uma comissão permanente de turismo e lazer.

O parlamentar explica seu pleito dizendo que o "turismo tem se tornado nos últimos tempos um importante instrumento de fortalecimento da economia de alguns municípios e do nosso Estado. Há inclusive projeto do Governador em trazer para o Estado os benefícios do Pródetur (Programa de Desenvolvimento Turístico), que hoje atende às regiões Norte e Nordeste do Brasil", explicou.

COMISSÕES

Deputados debatem critérios para cursos superiores da área da saúde

Com a finalidade de debater o projeto que estabelece requisitos para funcionamento, avaliação e reconhecimento de cursos de graduação na área da saúde, reuniram-se na Assembléia os representantes dos conselhos regionais de Medicina, Farmácia e Odontologia. São autores do projeto de lei os deputados Volnei Morastoni (PT), presidente da Comissão de Saúde da Alesc, e Joares Ponticelli (PPB), presidente da Comissão de Educação.

A maior preocupação dos conselhos regionais é a falta de critérios para a criação desses cursos e a qualidade de formação dos profissionais que vão atuar no mercado de trabalho, prestando atendimento à população. A cada ano, centenas de profissionais ingressam nas instituições de ensino

superior, algumas sem a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades. Pela facilidade de ingresso nos cursos existentes no Estado, está ocorrendo uma invasão de estrangeiros, principalmente dos países do Mercosul.

Pelo projeto de lei, os pedidos de criação e implantação desses cursos por instituições de ensino superior, credenciadas como universidades, serão submetidos diretamente ao Conselho Estadual de Saúde. As instituições que não tiverem esse credenciamento deverão encaminhar os pedidos para apreciação do Conselho Estadual de Educação, que depois vai enviá-los ao Conselho Estadual de Saúde, que terá prazo de 120 dias para manifestação.



Foto Giancarlo Boroluzzi

Deputados Joares Ponticelli e Volnei Morastoni

Projeto prevê criação de novas Regiões Metropolitanas

O deputado Joares Ponticelli (PPB) pretende alterar a redação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de janeiro de 94, inciso I dos artigos 6º e 7º, que estabelece um percentual mínimo de 10% da população total do Estado para que uma microrregião possa ser transformada em região metropolitana. Hoje, somente as microrregiões de Florianópolis, Blumenau e Joinville se enquadram nessa exigência e já estão em fase de implantação das regiões metropolitanas. Santa Catarina tem uma população de 5,2 milhões de habitantes,

que vivem em 21 microrregiões.

O projeto do deputado propõe a redução de 10% para 6% e com isso a habilitação de mais quatro microrregiões: Tubarão, Criciúma, Lages e Itajaí. "Se nós não reduzirmos esse percentual estaremos promovendo um desequilíbrio de todo o Estado, considerando que haverá desigualdade de desenvolvimento entre as microrregiões", lembrou Ponticelli. O projeto foi apresentado em plenário e agora segue seu trâmite pelas comissões técnicas. Se aprovado, um novo projeto

dará entrada na Casa criando mais quatro regiões metropolitanas no Estado.

Cada região metropolitana é formada por um Conselho de Desenvolvimento, Câmaras Setoriais e Superintendência.

Joares Ponticelli apresenta algumas vantagens da região metropolitana, através dos seguintes programas: saneamento ambiental; definição de ações e obras que objetivam a recuperação e preservação de manguezais e mananciais de água e o tratamento de esgoto sanitário e pluvial e do lixo; transporte coletivo metropolitano; organização e racionalização do sistema de transporte

metropolitano, instituindo uma tarifa única; habitação: implantação de política habitacional, objetivando o processo de desfavelização, humanização e urbanização das áreas carentes; desenvolvimento urbano: fortalecimento das administrações municipais e execução de obras de infraestrutura; turismo regional: racionalização da vocação turística natural dos municípios e geração de soluções de ordem econômica, social e ambiental, objetivando incentivar a interiorização do turismo, utilização do fluxo turístico do litoral e desenvolvimento do turismo rural, ecológico e esportivo.

PLENÁRIO

Parlamentares derrubam veto e criam 23 novas comarcas

Os deputados decidiram, por 30 votos a sete, pela derrubada do veto total ao Projeto de Lei Complementar, encaminhado pelo Poder Judiciário, que dispõe sobre a criação de varas e comarcas em diversos municípios catarinenses. A matéria foi aprovada no final do mês de junho, sendo que o Governador justificou o veto alegando inconstitucionalidade, por aumentar as despesas além dos limites estabelecidos pela Lei Camata, que fixa em até 60% os gastos com pessoal, o que agravaria ainda mais a situação financeira do Estado. No total foram criadas 23 comarcas e 33 varas.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Justiça, deputado Rogério Mendonça (PMDB), que apresentou parecer pela derrubada do veto, "o projeto, no seu artigo 10 deixa claro que a instalação das novas varas e comarcas enquadra-se no percentual orçamentário destinado ao Poder Judiciário, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias".

O projeto deu entrada na Casa no ano passado e foi arquivado, pois 1998 foi o último ano da 13ª Legislatura e as matérias que ficaram pendentes foram arquivadas. Porém, no início desta legislatura o Tribunal de Justiça solicitou seu desarquivamento, possibilitando o trâmite do projeto.

ICMS devido aos municípios

Para apresentar documentos e prestar esclarecimentos sobre a parcela de ICMS devida aos municípios nos Projetos do Prodec, a deputada Ideli Salvatti (PT) convocou o secretário do Desenvolvimento Econômico e Integração do Mercosul, Paulo Gouvêa da Costa, para comparecer nos próximos dias na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia. A parlamentar quer saber quais os critérios estabelecidos para a fiscalização, como é realizada a comprovação dos empregos criados e ou mantidos pelas empresas beneficiadas e esclarecer sobre irregularidades apontadas pela Procuradoria Geral do Estado nos contratos do Prodec.



Discussão das novas comarcas

Defesa

Durante a sessão, onde compareceram magistrados, advogados e estudantes de todo o Estado, vários parlamentares se manifestaram em defesa da derrubada dos vetos. Entre eles, Ivan Ranzolin, líder do PPB, garantiu que o projeto foi muito bem concebido e que facilitará o exercício da magistratura. Os pefelistas Onofre Agostini e Adelor Vieira, por

considerarem que a justiça se tornará mais ágil, garantiram voto em favor das comarcas. Neodi Saretta e Francisco de Assis, ambos do PT, e os peemedebistas Moacir Sopelsa, Gelson Sorgato e Manoel Mota também se pronunciaram pela derrubada do veto, por considerarem as novas comarcas peças importantes no exercício da cidadania e a melhor forma de levar justiça até o povo.

Mudanças nos cargos e salários para a Polícia Civil

Considerando o momento como um dos mais urgentes para a reestruturação completa da Segurança Pública em Santa Catarina, o deputado Heitor Sché (PFL) enviou ao plenário indicação – já aprovada – pedindo ao governo estadual que encaminhe um projeto de lei que trate sobre um plano de cargos e salários para a Polícia Civil do Estado.

De acordo com o parlamentar, a lei complementar nº 137/95 já assegura a proporcionalidade da remuneração

dos policiais civis, mas não vem sendo observada. "A elaboração deste projeto pretende resgatar a dignidade do policial civil e nele a própria instituição, proporcionando-lhe um quadro de carreira e de salários compatíveis com a especificidade de sua função". Sché disse ainda que a viabilização do plano certamente servirá também para estimular o homem de segurança a buscar o aprimoramento profissional, considerando-se que hoje cerca de 70% já possui curso superior.

Defesa prévia de multas

O deputado João Rosa (PSDB) fez uma indicação ao Secretário da Justiça e Cidadania, pedindo para que o Programa de Defesa do Consumidor – Procon – passe a dar o assessoramento necessário à elaboração de defesa prévia junto ao Detran, em decorrência da aplicação de multas de trânsito.

Diz que faz parte da Política Nacional das Relações de Consumo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria de sua qualidade de vida, bem como

a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os princípios legais. Considera que a prestação desse serviço pelo Procon vai beneficiar grande parcela dos consumidores que não sabe instruir a defesa prévia junto ao Detran.

Ao mesmo tempo, o deputado está pedindo ao Diretor do Detran que seja incluído no sistema de consulta via Internet, além da multa e de outros dados já existentes, o respectivo enquadramento legal da infração para instruir a defesa prévia.

Reimplantação de ferrovia

Reimplantação da estrada de ferro de Santa Catarina, no trecho Alto Matador/Apiúna, para criação de um importante atrativo turístico regional. O deputado Heitor Sché (PFL) apresentou indicação solicitando ao Governador do Estado e ao Secretário do Desenvolvimento Econômico e Integração ao Mercosul a destinação de R\$ 1 milhão do Prodetur/Sul.

Sché explicou que, face a sua vocação para o turismo ferroviário, a reimplantação da estrada de ferro lastreará outros equipamentos de lazer, que poderão ser construídos às suas margens. Lembra que o turismo é a atividade econômica ideal para fomentar a economia regional, que vem sofrendo com a desaceleração da atividade fabril.

Auditoria no IPESC

Buscando saber quais os débitos e créditos que o IPESC possui no momento, a deputada Ideli Salvatti (PT) entrou com pedido de auditoria do Tribunal de Contas no órgão, para dar continuidade à que foi realizada conforme Processo PDA 0205305/89 – informação TCE/DCE/2 INSP/Nº 200/98. Ela justifica a proposição dizendo que o Poder Executivo não cumpriu o disposto no artigo 20, da Lei 129/93, que determina a

constituição de uma comissão com vistas a promover a apuração da dívida do Tesouro do Estado para com a autarquia, identificando o valor principal e respectiva atualização monetária. Diz que há necessidade de se obter um levantamento preciso, especificando devedores e credores da instituição, especialmente diante da federalização da dívida do IPESC ocorrida recentemente.

Proposições

Deputado Francisco de Assis (PT) ao Governador do Estado, sobre o Programa de Bolsas de Estudo. Quer a lista nominal das instituições beneficiadas e o valor do repasse dos recursos que serão ou foram enviados às instituições, especificando individualmente o montante destinado a cada uma delas.

Deputado Wilson Wan-Dall (PFL) cumprimentando as autoridades e o povo de Blumenau pela passagem do aniversário do município, a ser comemorado no próximo dia 2 de setembro.

Deputado Reno Caramori (PPB) cumprimentou a sociedade de Porto União pelo aniversário de emancipação política do município, a ser comemorado no dia 5 de setembro.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao Superintendente da Fundação Catarinense de Cultura, para a liberação de R\$ 150 mil destinados às obras de ampliação e restauração do prédio do Centro Cultural de Rio do Sul, para implementação da Escola de Arte, Pintura e Centro de Artesanato.

Deputado Francisco de Assis (PT) está pedindo ao Governador do Estado que renove o convênio com o Conselho Comunitário do Itaum, Centro Social Urbano Henrique Meyer Júnior, de Joinville, cuja vigência expirou em 1998.

Deputado Heitor Sché (PFL) solicitou ao Secretário de Transportes e Obras que autorize a Prefeitura de Rio do Sul a construir uma rótula no acesso do bairro Cantagalo à BR-470.

Deputada Ideli Salvatti (PT) à Secretária da Educação, indagando sobre as obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Infantil Nossa Aparecida, de Joinville.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) ao Presidente da Telesc, sobre a existência de plano de expansão de rede telefônica convencional para as comunidades de Garopaba do Sul e Camacho, no município de Jaguaruna.

Deputada Ideli Salvatti (PT) convocando a Secretária da Educação a comparecer à audiência pública a ser realizada pelas comissões de Justiça e de Educação, para discutir projetos que tramitam no parlamento.

Deputado Luiz Roberto Herbst (PMDB) à Secretária da Educação, indagando se a distribuição da merenda escolar está sendo feita de modo a atender a todas as unidades escolares do Estado.

Estacionamento para ambulâncias

O deputado Nelson Goetten (PPB) está solicitando à Prefeita de Florianópolis providências no sentido de destinar espaço adequado junto às unidades hospitalares da capital, para estacionamento privativo de ambulâncias oriundas do interior do Estado, que trazem pacientes para tratamento de saúde, especialmente nas

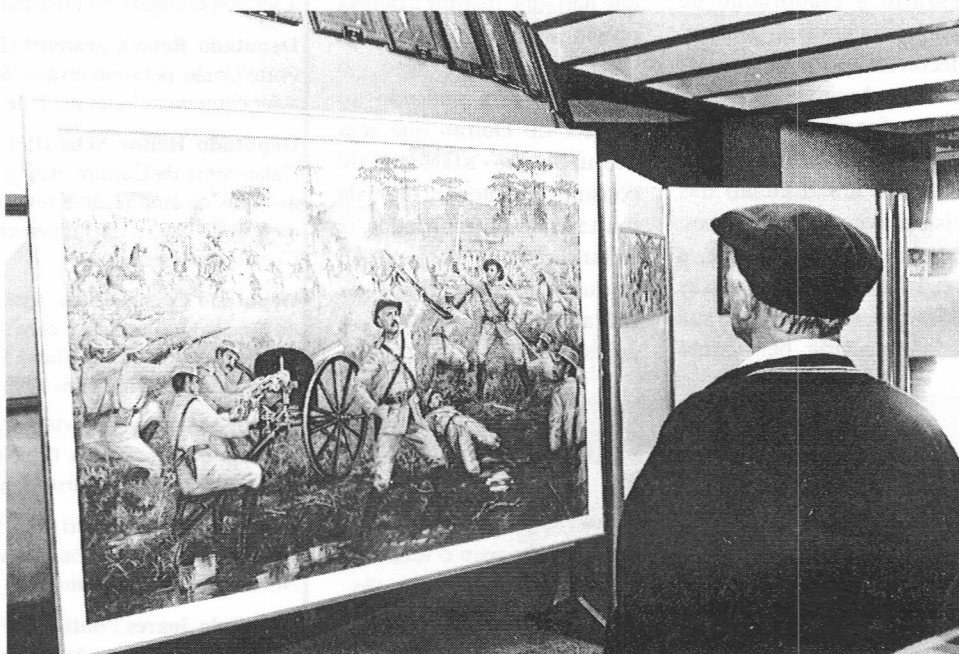
imediações do Cepon e do Hospital Celso Ramos. Justifica que nas proximidades desses hospitais não existe ponto de estacionamento para ambulâncias e que os motoristas, que são obrigados a acompanhar os pacientes, têm recebido muitas multas por deixar os carros estacionados em locais proibidos.

ESPECIAL

Exposição sobre a Guerra do Contestado

Exposição sobre a Guerra do Contestado foi inaugurada nesta semana, na Galeria de Arte do Legislativo, para disponibilizar ao público material, fotos, armamentos e informações diversas sobre o conflito, ocorrido entre 1912 e 1916, opondo milhares de camponeses e as forças do governo federal, Paraná e Santa Catarina. Consta também da programação o lançamento do livro "Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado", do professor Delmir José Valentini.

A sessão de autógrafos incluiu os livros "Os Iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado", de Nilson Thomé, "Glória até o fim: espionagem militar na Guerra do Contestado", de Telmo Fortes, "O Dragão Vermelho do Contestado", de Sanford de Vasconcellos, e "O Contestado - Sangue no Verde do Sertão", de Angela Bastos. A mostra também foi marcada com apresentações musicais.



Assembléia resgata história do Contestado

História

Contestado foi o nome dado à região disputada por catarinenses e paranaenses, situada entre os rios Negro, Iguazu, Uruguai e a fronteira com a Argentina. A guerra foi alimentada por fatores como miséria, messianismo, curandeirismo, táticas de guerrilha e puro banditismo.

A questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina se agravou no fim do século XIX, mas em 1904 o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao nosso Estado, sentença que foi embargada, causando agitação nos dois estados. Com a construção do trecho da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul, em 1908, e o conseqüente desemprego de grande número de trabalhadores procedentes de outras regiões com o término das obras, a tensão aumentou pois famílias de posseiros eram desalojadas de suas terras por especuladores.

O clima foi propício para o aparecimento de agitadores, como Miguel Lucena Boaventura, desertor da polícia paranaense, que se fazia chamar de monge José Maria. Morto naquele estado

em 1912, seus adeptos passaram a obedecer a Eusébio Ferreira dos Santos e se desdobraram em várias frentes de guerrilha, agrupados em redutos ou cidades santas, prontos para resistir aos soldados do governo. Os fanáticos viam na república apenas o regime em que os coronéis e as companhias estrangeiras se apoiavam para lhes tomar a terra. Conhecidos como pelados, os revoltosos se refugiaram, depois de grande cerco, em Santa Maria, quando foram vencidos por uma expedição de 7 mil homens, comandada pelo general Setembrino de Carvalho, em fevereiro e abril de 1915. Em 20 de outubro de 1916, o Presidente da República e os governadores dos dois estados assinaram um acordo pondo fim ao litígio territorial.

Agenda

Dia 08, às 14 horas, reunião das Comissões de Justiça, Finanças e Serviços Públicos para discussão e votação do parecer do relator sobre a transferência do controle acionário do Besc à União. Às 16 horas, votação em plenário.

Dia 09, audiência pública das Comissões de Justiça e Agricultura, sobre emancipação dos distritos de Marechal Bormann e Goio-En, no plenário da Secretaria do Oeste, em Chapecó.

Dia 10, às 09 horas, audiência pública da Comissão de Agricultura sobre produtos transgênicos, na Câmara de Vereadores, em Xanxerê.

Dia 10, às 10 horas, reunião do Conselho Parlamentar do Sul na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.